

CONGRESSO

Previsão para o último "esforço" dos deputados: fracasso.

Ao findar esta semana, o ano legislativo estará praticamente terminado: os parlamentares reservarão o segundo semestre para correr atrás dos votos. "Quem não tem voto não volta", justificou ontem com ironia o deputado Pedro Germano (PDS-RS), já prenunciando o baixíssimo comparecimento ao Congresso. E esta última semana de trabalhos legislativos, que deveria ser marcada pelo esforço concentrado de votação no Senado, está praticamente comprometida.

As duas sessões do esforço estavam marcadas para hoje e amanhã. Mas as votações só poderão ser iniciadas na quinta-feira: houve um atraso no recebimento das redações finais dos projetos — e a Câmara só deverá enviá-los ao Senado amanhã à tarde. Esse atraso, porém, não seria o único problema. Ainda há a ameaça do senador Fábio Lucena (PMDB-AM), que confirmou ontem sua disposição de obstruir os trabalhos exigindo verificação de quórum, inclusive para a autorização da viagem do presidente Sarney ao Vaticano.

Lucena está irritado com o corte de 20% na cota de importações da Zona Franca de Manaus, num montante aproximado de 20 milhões de dólares, determinado pelo interventor da entidade. "Em primeiro lugar, estou aqui para defender os interesses de meu Estado, o Amazonas", justificou Lucena, mesmo lamentando "causar qualquer transtorno."

Segundo uma estimativa da

Mesa do Senado, dos 150 projetos já aprovados pela Câmara, apenas 14 serão submetidos à apreciação dos senadores em regime de urgência-urgentíssima — entre eles o subsídio para o preço do leite, incentivos para as produções culturais, regulamentação do pagamento de royalties aos Estados pela exploração do petróleo nas plataformas marítimas, proibição de despejos em locais residenciais e comerciais até março de 1987 e redução do IPI para táxis.

Os demais terão curso normal, passando por exame nas comissões técnicas a partir de agosto. E os projetos urgentes ainda podem correr o risco de bloqueio por parte de Lucena — a menos que as lideranças da Aliança Democrática consigam colocar em plenário os 35 senadores necessários ao quórum. Não será fácil. Ontem, apenas 16 senadores registraram presença na Casa.

Renovação

E os parlamentares justificam sua ausência de Brasília, mesmo nos períodos de votação em esforço concentrado. Há prognósticos de que a taxa de renovação no Congresso, a partir do próximo ano, será de 80%. Então, eles preferem suportar as críticas da imprensa a deixar suas bases ameaçadas pelos concorrentes.

Nem todos, porém, aceitam essas críticas. Fábio Lucena, como vice-líder do governo no Senado, revoltou-se ontem contra o edito-

rial de sábado último de **O Estado** sob o título de "Irresponsabilidade concentrada", referindo-se ao esforço concentrado da Câmara na semana passada. O repúdio a essas críticas também foi feito na Câmara. "É uma escalada de quem tem por objetivo desmoralizar a instituição", proclamava ontem o deputado Leorne Belém (PDS-CE), durante uma sessão que teve de ser encerrada por falta de oradores e de número suficiente para deliberações: no plenário apenas oito deputados estavam presentes, apesar de a lista de presença registrar 138.

24 JUN 1986

Essas baixas, na opinião de muitos parlamentares, já denunciavam que a Câmara é que mais sofrerá com a renovação de novembro. O Rio Grande do Sul deverá abrir pelo menos oito vagas em sua bancada; o Paraná, quatro; o Piauí, duas; o Ceará, três. Em Pernambuco, perdeu-se a conta dos deputados que preferem disputar o Senado; e em Sergipe, dois deputados preferiram o mesmo caminho.

Mas será a bancada baiana que abrirá maiores espaços para a renovação: seis deputados deverão disputar o Senado, enquanto outros preferem se dedicar ao trabalho de reeleição de outros. E o caso de Fernando Wilson Magalhães, do PDS, que depois de 32 anos de mandatos consecutivos decidiu desistir de se reeleger. "Tenho medo que o eleitorado se canse da minha cara", justificou.